



A ORGANIZAÇÃO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM PARALISIA CEREBRAL: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A INCLUSÃO

Adriana Ferreira de Sousa
Universidade Federal do Piauí - UFPI
adrianafs27@gmail.com

Ana Valéria Marques Fortes Lustosa
Universidade Federal do Piauí – UFPI
avfortes@gmail.com

Resumo: O presente artigo com o tema “A organização do Atendimento Educacional Especializado para alunos com paralisia cerebral: limites e possibilidades para a inclusão”, apresenta a discussão de um recorte de uma das categorias apresentadas na dissertação de mestrado sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como serviço de Educação Especial para promoção das condições de inclusão escolar do aluno com deficiência, especialmente os com paralisia. No texto, destacamos a importância do AEE e a necessidade de estrutura-lo adequadamente. Quando se trata de inclusão da pessoa com deficiência em ambiente escolar, o desafio a ser vencido não é mais a deficiência e sim, que instrumentos ou estratégias são necessários para possibilitar ao aluno acesso ao conhecimento que circula no espaço escolar e social. Destacamos neste trabalho, resultados da pesquisa realizada com professores de AEE em cinco escolas núcleos da rede municipal de Teresina, onde refletimos sobre a organização do AEE confrontando as orientações da Política de Educação especial e a realidade local. A base metodológica partiu de estudos descritivos com abordagem qualitativa.

Palavra-chave: Inclusão, Atendimento Educacional Especializado, Alunos com paralisia cerebral.

1 INTRODUÇÃO

A proposta de educação inclusiva praticada no Brasil adota a orientação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2007). Enquanto política pública, o objetivo pretendido direciona as ações que devem ser desenvolvidas de modo a estruturar a inclusão na escola.

Nesse artigo, parte integrante de uma pesquisa mais ampla sobre o processo de inclusão dos alunos com paralisia cerebral e o papel do Atendimento Educacional Especializado (AEE), apresentamos o recorte de uma das categorias do estudo que versa sobre as condições para realização do atendimento de alunos com paralisia cerebral.

Abordar este tema se justifica uma vez que, enquanto política pública, o AEE sendo uma das ações da Educação Especial é a aposta adotada para efetivar as condições para a inclusão.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

A pesquisa teve como objetivo investigar no lócus do atendimento e junto aos responsáveis por ofertar o atendimento, as reais condições para realizar o trabalho de AEE de qualidade para um público com necessidades bem específicas: alunos com paralisia cerebral.

A educação inclusiva é, portanto, uma modalidade que oferta serviços de modo a garantir a inclusão na escola regular e que assume o protagonismo sobre o ensino de todos os alunos, inclusive dos que eram assumidos pela educação especial. Esta nova política orienta:

Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; atendimento educacional especializado; continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; participação da família e da comunidade; acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, nas comunicações e informações; e, articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2010. p.19).

Podemos observar, como frisam Bueno e Maletti (2012), que os mecanismos orientadores versam sobre a superação das possíveis barreiras para a inclusão de todos os alunos. Esta política define em seus objetivos que nas diferentes etapas da escolarização os alunos tenham as garantias mínimas para um percurso educacional. No entanto, chamam a atenção para o fato de que mesmo estando bem definido o papel da educação especial e da escola regular com vistas à inclusão, há certa omissão no que diz respeito a articulação entre esses dois campos de atuação.

O AEE tem como função “identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (BRASIL, 2010, p.19).

Esta orientação marca o diferencial dos serviços do AEE das antigas classes especiais. Naquele modelo o foco era a deficiência, a “incapacidade” e, por esse motivo, as práticas eram voltadas para os treinos, os exercícios motores e de prontidão. Existiam, ainda, as tentativas de facilitar ou empobrecer o currículo escolar, pois as classes especiais “assumiam” o ensino do currículo através do reforço e da simplificação dos conteúdos escolares.

O trabalho do AEE se desenvolve nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs), que devem funcionar preferencialmente nas escolas regulares. A implantação das SRMs envolve equipar as escolas com materiais pedagógicos e recursos de acessibilidade, enviados pelo Ministério da Educação (MEC).

Dessa forma, é imprescindível articular as ações da educação regular e da educação especial em prol da inclusão do aluno. A escola, enquanto espaço de construção social e



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

elaboração do conhecimento, desenvolve seu projeto educativo a partir das crenças que a norteiam sobre o mundo e sobre o homem. Quando o trabalho pedagógico é organizado com base nos alunos que a compõem, pôr em prática e avaliar seu projeto deve ser uma ação presente na dinâmica da escola.

Sobre a escola, Veiga (2008, p. 11) afirma que “é fundamental que ela assuma suas responsabilidades, sem esperar que as esferas administrativas superiores tomem essas iniciativas, mas que lhes deem as condições necessárias para leva-las adiante”. Compreendemos com isto que a escola precisa ser fruto de um processo coletivo, vivo e democrático de tomada de decisões sobre ela mesma.

O AEE deve ser institucionalizado na escola através do Projeto Político Pedagógico (PPP), pois pressupõe que o coletivo da escola reconhece a diferença e assume o compromisso de trabalhar com e por ela. A sistematização do AEE neste projeto é mais do que um ato burocrático, é expressão do compromisso da escola com a educação de todos os seus alunos.

Ropoli et al (2010) afirmam que a inserção do AEE no PPP da escola é necessária, uma vez que esse serviço é fundamental na escola e, como tal, precisa ser institucionalmente organizado. É um serviço sério e dotado de características específicas. A autora explica que o PPP deve detalhar o trabalho do AEE:

Devem ser previstos a organização e recursos para o AEE: sala de recursos multifuncionais; matrícula do aluno no AEE; aquisição de equipamentos; indicação de professor para o AEE; articulação entre professores do AEE e os do ensino comum e redes de apoios internos e externos à escola (ROPOLI et al, 2010. p. 20).

O trabalho do AEE é desafiador, complexo e, ao mesmo tempo, específico. Uma atuação insegura poderá justificar a escolha por caminhos mais “fáceis” e a adoção de práticas institucionalizadas de exclusão. Diante do exposto, passaremos então a discutir o próximo aspecto que norteia a construção da escola inclusiva que diz respeito às práticas do AEE.

Considerando esta nova visão do aluno, o que determina o tipo de atendimento (individual ou em grupo), se em grupo, os tipos de agrupamento (por deficiência, por idade, por gênero, por dificuldades apresentadas ou potencialidade etc.), a quantidade e tempo de atendimento é o aluno. Ou seja, o aluno que apresenta traços individuais e que apresenta características específicas relativas à sua deficiência é quem vai dar indícios do tipo e do tempo de atendimento mais adequado.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Diante do exposto, compreendemos que o AEE, como serviço da educação especial, se ocupa de tarefas específicas, mas que mesmo na sua especificidade tem como fim o propósito da escola: oportunizar aos alunos experiências de desenvolvimento acadêmico, psicológico e social. É importante destacarmos que as atribuições do professor de AEE envolvem “identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias, considerando as necessidades específicas dos alunos de forma a construir um plano de atuação para eliminá-las.” (BRASIL, 2010)

Neste leque de atribuições, conforme detalham Ropoli et al (2010) e Pelosi e Souza (2012), há o domínio de conhecimentos de áreas distintas como braille, língua de sinais, adequação postural, tecnologia assistiva e suas categorias, além de estabelecer interlocuções com os profissionais de outras áreas. Ressalvamos que as atribuições do professor de AEE são essencialmente educacionais com vistas a encontrar soluções junto com a escola para a inclusão dos alunos atendidos.

Compreendemos que diante da amplitude de atribuições que são destinadas ao professor de AEE, é necessário que a formação deste profissional seja uma prioridade. Não será viável atingir um leque tão amplo de conhecimentos sem formação continuada.

Seguindo a orientação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a Rede Pública Municipal de Ensino de Teresina passou a implantar desde 2008 as primeiras salas de recursos multifuncionais nas escolas municipais. Do primeiro ano até 2015, foram instaladas 77 salas de AEE em escolas e centros municipais de educação infantil (CMEI), distribuídas em todas as zonas da cidade.

A Rede Municipal de Ensino, através da Divisão de Educação Inclusiva (DEI), organiza as salas de recursos em sistema de nucleação que funciona da seguinte forma: uma escola ou CMEI que tenha sala de recursos oferta o AEE para os alunos da própria instituição (escola núcleo) e para alunos que estudam em escolas próximas (escolas adjacentes). Essa organização do atendimento se faz necessária, uma vez que não há salas de recursos em todas as escolas da rede (SEMEC, 2014).

São atendidos cerca de 1.200 alunos nas salas de recursos da rede municipal, distribuídos em todas as deficiências previstas como público alvo do AEE. Deste público atendido, existe uma considerável predominância de alunos matriculados nos anos iniciais do ensino fundamental e com deficiência intelectual.

Nesse sentido, a orientação para que o aluno seja atendido pelo AEE é a observância de enquadrar-se como público da educação especial. Embora a apresentação de laudo médico seja solicitada à família do aluno, a ausência do mesmo



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

não é impeditiva para a matrícula no AEE. A escola relaciona os alunos com deficiência matriculados em documento específico e encaminha à DEI que, por sua vez, repassa ao professor de AEE da escola núcleo para que este inicie o processo de seleção dos alunos que necessitam do atendimento.

Cada turma é organizada e o atendimento pode ser individual ou em grupo, por deficiência ou idade. O aluno deve ter em média 2 atendimentos semanais com duração de duas horas-aula cada. Esses critérios são apresentados a título de orientação para estruturar o atendimento, no entanto, existe a possibilidade de ajustes para as realidades locais.

Uma turma de AEE, conforme orientação da DEI, deve ter em média 15 a 20 alunos, no entanto, algumas escolas fogem a este número, como é o caso de escolas da zona rural que pela distância ou dificuldade de acesso não consegue atingir o número mínimo; e escolas de zona urbana localizadas em grandes comunidades que geralmente são as únicas que oferecem AEE na região, atendem até 30 alunos.

A Secretaria orienta conforme as diretrizes do AEE (2008) que o atendimento seja realizado obrigatoriamente no contra turno ao ensino regular, uma vez que o aluno público alvo da educação especial é amparado pelas mesmas diretrizes da LDB (1996), que assegura a todo aluno carga horária de 200 dias letivos.

Observamos que a demanda para o AEE na rede municipal de Teresina é extensa, tanto no que diz respeito a variedade de alunos atendidos quanto a necessidade de formação.

Das especificidades atendidas nas salas de recursos de Teresina, destacamos os alunos com paralisia cerebral, forma de deficiência física que compromete, em alguns casos, além da capacidade motora, a comunicação. O AEE para este público requer a eliminação de barreiras físicas e comunicacionais que impedem que o aluno tenha êxito na sua escolarização.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa está pautada por preceitos qualitativos de investigação. Entendemos que a natureza qualitativa possibilitou alcançar os objetivos pretendidos, tendo em vista suas características. Esteban (2010, p. 128), ao tratar de pesquisa qualitativa em educação, apresenta uma síntese de diversas características e, nesse estudo, podemos elencar algumas, tais como: “perspectiva holística; caráter interpretativo; se desenvolve em contextos naturais; utilização de múltiplas estratégias interativas e humanistas.”

Diante dos objetivos pretendidos e dos sujeitos necessários à investigação foram escolhidas 5 escolas-núcleo de AEE da rede municipal



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

pública de ensino. Quanto às professoras investigadas, chamadas nesta pesquisa de Vento, Mar, Sol, Jardim e Estrela, tem formação inicial em Pedagogia com pelo menos dois cursos de pós-graduação sendo um deles em Psicopedagogia, três delas, Especialização em Educação Especial com ênfase em AEE (Vento, Sol e Jardim), e duas professoras têm ainda Especialização em Libras (Vento e Mar). As professoras têm em média dez anos de experiência docente e todas atuam pelo menos quatro anos no AEE.

Como instrumentos de coleta de dados nesta pesquisa utilizamos técnicas que viabilizaram a tríade da investigação qualitativa: análise - reflexão – compreensão. Para a inferência das informações necessárias ao estudo alguns instrumentos metodológicos foram adotados, entre os quais citamos: questionário, roteiro de entrevista e roteiro de observação direta para responder às necessidades investigativas em diversos momentos da pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O pressuposto para as análises são os objetivos pretendidos à luz dos referenciais que nos embasaram. Conduzimos as análises das entrevistas realizadas com as professoras de AEE seguindo os preceitos da análise de conteúdo indicados por Bardin (2006). No que diz respeito às entrevistas, foram encontradas 6 categorias e neste artigo optamos por apresentar uma delas: o funcionamento do AEE nas escolas pesquisadas e suas subcategorias, conforme quadro abaixo:

Quadro 1 – O funcionamento do AEE nas escolas pesquisadas

SUBCATEGORIAS	PROFESSORAS	FREQUÊNCIA
Formas de organização das turmas de AEE	ESTRELA, JARDIM, VENTO	03
Recursos disponíveis na sala de AEE para alunos com paralisia cerebral	ESTRELA, JARDIM, MAR, VENTO	04

Fonte: *dados da pesquisadora*

3.1 Formas de organização das turmas de AEE



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Para atender aos seus alunos, as professoras tentam organizar o AEE levando em consideração o público, as necessidades de cada educando e os horários disponíveis. Ropoli et al (2010) afirmam que levando-se em conta a especificidade do AEE, o atendimento deve ser organizado de acordo com a necessidade, sempre considerando que este serviço não substitui a escolarização regular. As professoras Estrela, Jardim e Vento explicam como organizam os seus atendimentos.

Para atender as necessidades do aluno e as possibilidades de atendimento e uma vez que tenho vários alunos com todas as deficiências, organizei o atendimento do meu aluno com PC para ser uma vez por semana. Ele vem para o AEE no mesmo horário da sala regular, porque no outro turno ele tem outras terapias. A distância, a dificuldade de locomoção, o sol, o calor, tudo isso complica para ele vir no contra turno. Ele sai da sala regular uma vez por semana depois do recreio e vem para o AEE. Só dessa forma consigo atender ele (ESTRELA).

O atendimento da minha aluna é feito no mesmo horário da sala, mesmo não sendo o indicado, é como conseguimos fazer. Sabemos que não é o correto, o AEE tem que ser no contra turno, mas no caso da minha aluna é preciso abrir uma exceção devido a dificuldade de locomoção. Ela mora em outro bairro distante e para ela chegar aqui já é uma dificuldade. Se fosse para ela vir no contra turno, que no caso seria a tarde, é muita maldade eu diria, porque calor, o acesso, a mãe empurrando a cadeira num sol desses! Diante dessa dificuldade, eu atendo ela na segunda-feira, pela manhã, em horário corrido, para compensar aquelas 4 horas, ao invés dela vir dois dias na semana, para facilitar porque é muita maldade deixar ela vir no sol quente, empurrando a cadeira, na poeira, nesse período então, é muito sacrifício, mas eu sei que não é o correto, não é o aconselhável, mas é o que é possível fazer, para elas poderem participar do AEE. (JARDIM)

O atendimento da aluna com PC é um dia na semana, 4 horas seguidas porque zona rural é mais complicado, não tem transporte com a mesma facilidade que a zona urbana. Tudo é muito longe. Também tem outro diferencial: eu atendo ela na própria escola dela, que é uma adjacente, assim como outros alunos de lá. É necessário fazer esse arranjo porque mesmo que a minha escola seja núcleo e a dela adjacente, fica muito longe, os pais teriam dificuldades para levar, não tem transporte. Então eu atendo aos alunos dessa adjacente na quarta-feira, a escola reserva um espaço para mim, a pedagoga cedeu alguns materiais pedagógicos e eu levo minha caixa com outros e assim é realizado o atendimento (VENTO).

Os alunos das professoras Estrela e Jardim e Vento são retirados da sala de aula regular uma vez por semana para participar do AEE. Esta atitude, segundo as professoras, se faz necessária pelo fato de que os alunos não participariam se fosse no turno contrário, uma vez que as mães têm dificuldades para levar os filhos para a escola duas vezes num mesmo dia.

A professora Estrela explica também que seu aluno faz terapias no turno contrário ao da escola e que, portanto, não teria como frequentar o



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

AEE. Ainda cita a dificuldade para transportar a criança e descreve as péssimas condições físicas do trajeto entre a casa do aluno e a escola. Sendo esta a única alternativa, a professora optou junto com a escola e a família por retirar o aluno da sala regular.

O caso citado pela professora Jardim tem um agravante a mais, pois além do AEE, a criança também se ausenta duas vezes na semana para fazer as terapias, ou seja, a aluna frequenta efetivamente, dois dias na sala regular e três são destinados entre o AEE, tratamentos de fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia e terapia ocupacional.

Compreendemos as dificuldades que a família enfrenta para garantir os serviços de apoio para o aluno e também compreendemos a importância dos mesmos, porém não podemos desconsiderar um fato: a aluna está frequentando menos da metade da carga horária da escolarização regular. Para qualquer aluno isto gera prejuízos e é preciso analisar até que ponto os arranjos feitos nas escolas são coerentes.

A proposta de inclusão que se defende hoje preconiza que o aluno deve estar prioritariamente na sala regular aprendendo, convivendo e se desenvolvendo em interação com as outras crianças. Bueno e Maletti (2012) ressaltam este princípio e, ao mesmo tempo, questionam a estrutura disponível para a efetivação deste modelo.

As questões que envolvem a inclusão do aluno com paralisia cerebral envolvem fatores que estão além dos muros da escola, mas que incidem diretamente no seu interior. A simples imposição legal sobre a irregularidade de tirar um aluno da sala de aula não resolverá o problema, pois a família pode ficar numa situação em que precisará fazer uma escolha.

A grande questão é pensar em ações, não somente a nível de escola, mas de rede, de políticas públicas que permitam condições do aluno frequentar a escola e realizar os serviços de apoio necessários sem que isso represente rotina penosa e desgastante para a criança e sua família, conforme analisa Ferreira (2007). A ida a escola não pode significar para a criança um fardo para a família e desgaste para a criança, ao contrário, deve significar um momento rico, de trocas, interações e aprendizagens para o aluno.

A professora Vento que também atende sua aluna no mesmo turno descreve dificuldades específicas do seu trabalho, uma vez que atende na zona rural. Como não existe transporte para aqueles que residem muito longe da escola núcleo, a professora se desloca uma vez por semana para a escola adjacente e os atende na própria escola, num espaço cedido pela coordenação.

A dificuldade nesse arranjo é que a professora não pode adotar critérios mais favoráveis para organizar o atendimento. Para desenvolver o trabalho de comunicação aumentativa e alternativa com sua aluna, a professora



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

conta apenas com um encontro por semana. Dessa forma, mesmo com a aluna apresentando bons resultados, poderá demorar mais para se beneficiar desse sistema. As diretrizes operacionais do AEE orientam que os sistemas de ensino não só ofereçam o AEE, mas que garantam meios para que os educandos o frequentem. Se o modelo organizacional não supre as necessidades dos alunos, este atendimento não responde ao objetivo de garantir a inclusão do aluno.

3.2 Recursos disponíveis na sala de AEE para alunos com paralisia cerebral

Para realizar o atendimento dos alunos com paralisia cerebral na sala de recursos, além do professor com formação adequada, é necessária a utilização de recursos específicos que vão desde suporte pedagógico básico, como papéis variados, lápis, cola, tesoura e outros, até recursos de alta tecnologia como computadores, softwares, acionadores e outros.

Conforme o documento orientador para a implantação das salas de recursos multifuncionais, as escolas recebem do Ministério da Educação e Cultura uma lista de materiais composta por mobiliário, recursos pedagógicos e equipamentos de alta tecnologia para realizar o atendimento dos alunos no AEE.

Estes recursos são os mesmos para todas as salas do país, diferenciando apenas as salas tipo II que recebem os mesmos recursos das salas tipo I mais um complemento específico voltado para alunos com cegueira e baixa visão. Sobre o material disponível para atender os alunos, as professoras queixam-se da limitação dos recursos disponíveis:

Para as necessidades que o aluno tem, eu vejo que precisaria ter uma estrutura maior para trabalhar. Uma estrutura bem grande para desenvolver mais, para que eu pudesse deixar ele alguns minutos em pé e tirar da cadeira. Eu coloco ele no tapete sentado comigo, mas aí eu tenho que ficar mudando de posição [...]. Dos recursos que têm aqui são poucos os que servem para ele, para a comunicação, a não ser para estímulo visual. Essas coisas (ESTRELA).

Aqui tem o computador, os mouses e acionadores, tem muitos recursos pedagógicos, as pranchas, uso a bandinha rítmica e uso muito a música também. E todo tipo de recurso para estimulação visual, então consigo chamar a atenção dela com esses recursos disponíveis na sala. Tudo pode ser aproveitado, pode ser adequado para ela. Só que para fazer CAA mesmo acho que poderia ser mais investido nisso (JARDIM).

Aqui temos muitos recursos na sala: computadores, jogos, tevê, recursos pedagógicos, mas precisa de mais material de CAA. Com a dificuldade motora, essa falta de mobilidade, tudo precisa ser o mais acessível possível. Uma necessidade urgente é a carteira escolar adaptada na sala de AEE. É muito desconfortável para ele, a forma como ele consegue ficar nas carteiras comuns e



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

em alguns casos até na cadeira de rodas não é adequada para ele realizar as atividades (MAR).

Na escola onde eu atendo, não tem nenhum material específico do AEE, nunca chegou nenhum alfinete do MEC. Tudo o que eu preciso, tenho que leva pra ela, eu não tinha nada, é muito difícil trabalhar sem material, as coisas que eu tenho são materiais pedagógicos, papel, cola mas o específico do AEE, nada. É complicado fazer CAA no improviso o tempo todo (VENTO).

Para o atendimento de qualidade é fundamental que se tenha as condições adequadas. Rodrigues (2006) afirma que os recursos não dão conta de garantir o atendimento adequado, mas são essenciais para que as especificidades de cada aluno sejam atendidas. Como uma das primeiras dificuldades sobre os recursos, existe o fato de que as escolas demoram a receber os materiais que chegam por etapa.

Algumas escolas não receberam todos os materiais e existe enorme burocracia para a instalação dos recursos de tecnologia. Muitas vezes, os computadores chegam na escola e ficam por um ano ou mais aguardando a visita da empresa responsável pela instalação. A orientação que os gestores recebem é que não pode ser feita a instalação por outra pessoa sob risco de perder a garantia dos produtos e essa mesma dificuldade acontece quando são necessários serviços de manutenção.

As professoras analisam que, de modo geral, as salas possuem um número bom de recursos, no entanto há carência de materiais específicos para atender alunos com paralisia cerebral que precisam de comunicação aumentativa e alternativa. Um exemplo disso é o mobiliário adequado, como citam as professoras Estrela e Mar que descrevem a situação inadequada dos alunos.

A adequação postural é uma das primeiras necessidades que precisa ser observada no aluno. Ele precisa estar confortavelmente instalado para que possa ter acesso à professora e aos recursos utilizados para a comunicação, além disso, evita o esforço desnecessário, o cansaço e a fadiga. Mesmo que a professora tenha cuidado com o educando, a carteira escolar adequada é fundamental.

Diante da escassez mencionada pelas professoras, algumas vezes elas tomam a iniciativa de adquirir materiais com recursos próprios para atender melhor a seus alunos. É a solução encontrada para que os alunos sejam atendidos em suas necessidades, mas não orientamos que esta opção se transforme em ação rotineira, pois cabe à escola e não ao professor adquirir os materiais necessários ao aluno.



4 CONCLUSÕES

O AEE, como serviço da educação especial visa buscar meios para eliminar as barreiras que impedem a inclusão do aluno na escola. Este atendimento deve estar organizado de modo a garantir que os alunos público alvo da educação especial sejam atendidos em suas necessidades específicas.

A escola precisa incorporar o AEE como parte integrante do processo de escolarização dos alunos atendidos e desenvolver um trabalho colaborativo para que as ações desenvolvidas pelo professor na sala de recursos multifuncionais se reflitam na participação exitosa do aluno na sala regular.

Essa necessidade se confirma na medida em que todos os alunos desta pesquisa frequentam o AEE no mesmo turno da sala regular, única alternativa possível para que os mesmos participem do atendimento. Isso ilustra a realidade das salas de recursos do município, onde um número cada vez maior de professoras precisam fazer arranjos para garantir a frequência dos alunos no AEE.

É preciso buscar meios que garantam o acesso aos serviços da educação especial sem comprometer a participação na sala regular. O discurso de que não há prejuízo para o aluno quando este se ausenta da sala comum para receber o atendimento educacional especializado não deve ser utilizado como justificativa para esta prática, uma vez que corremos o risco de estarmos apenas repetindo as antigas práticas de educação especial mas nomeando-as de práticas inclusivas.

5 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70. 1977.

BRASIL, Decreto n. 6.571, de 17 de setembro de 2008. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva**. Grupo de Trabalho da Política Nacional de Educação. Brasília: MEC/SEESP, 2010.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva**. Grupo de Trabalho da Política Nacional de Educação. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BUENO, J. G, S; MELETI, S. M. F. Políticas de escolarização de alunos com deficiência: análise das atuais políticas e dos indicadores sociais da educação escolar. In: MENDES, E.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

G.; ALMEIDA, M. A. **A pesquisa sobre inclusão escolar em suas múltiplas dimensões: teorias, políticas e formação.** Marília, SP: ABPEE, 2012. p. 127-146.

FERREIRA, H. B. G. Aspectos familiares envolvidos no desenvolvimento de crianças com paralisia cerebral. 2007. 107p. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2007. Disponível em <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/17/17139/tde.../tese_final.pdf>. Acesso em: 12 de mar. de 2015.

PELOSI, M. B.; SOUZA, V. L. V. O funcionamento das salas multifuncionais e o perfil de seus professores. In: In: MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A. (Org.). **Dimensões pedagógicas nas práticas de inclusão escolar.** Marília: ABPEE, 2012. p.127-146.

ROPOLI, E. A. et al. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar:** a escola comum inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2010.

ESTEBAN, M. T. **Pesquisa qualitativa em Educação:** fundamentos e tradições. Porto Alegre: AMGH, 2010.